

SUMÁRIO

1	É PROIBIDO PROIBIR!	21
1.1	DA REALIDADE À FICÇÃO	25
1.2	DA FICÇÃO À REALIDADE	27
2	A IMPORTÂNCIA DAS FONTES COMO SUBSÍDIO AO PROCESSO ANALÍTICO	35
2.1	ACERVOS DE FONTES PRIMÁRIAS	36
2.2	RECONHECIMENTO ÀS FONTES SECUNDÁRIAS QUE CONSTITUEM O QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA	38
2.3	LIVROS: OBJETOS DA TRANSGRESSÃO	43
2.4	CENSURA: EXERCÍCIO DE PODER	46
2.5	LIBERDADE DE EXPRESSÃO É CONTRAPARTIDA À CENSURA	48
2.6	AS TRANSFORMAÇÕES POSSÍVEIS	49
3	ARBITRARIEDADE DAS INTERDIÇÕES AO CONHECIMENTO COMO ESTRATÉGIA DE PODER	53
3.1	DIFUSÃO DAS TÉCNICAS DE REGISTRO	54
3.2	O PODER DE CONTROLE E CENSURA DA IGREJA	60
3.3	O PODER DE CONTROLE E CENSURA DO ESTADO	64
3.4	AS REVOLUÇÕES PELA REPRESENTAÇÃO DO POVO NO PODER	66
3.4.1	Liberdade para manifestar a expressão	68
3.4.2	Serviços públicos: uma conquista social	69
3.5	GUERRAS MUNDIAIS: CENSURA E ARBITRARIEDADE NA FORMAÇÃO DE BIBLIOTECAS	76
3.5.1	Primeira Guerra Mundial: os movimentos nacionalistas e a política de alianças	76
3.5.2	Segunda Guerra Mundial e as estratégias geopolíticas do poder	77
3.5.2.1	Política expansionista do Terceiro Reich	78
3.5.2.2	A neutralidade temporária dos Estados Unidos	78
3.5.2.3	Política de isolamento da URSS	79
3.6	A CENSURA AO CONHECIMENTO ADOTADA PELOS LÍDERES MUNDIAIS	81

3.6.1	Espanha • Francisco Franco (1936-1947)	82
3.6.2	Itália • Benito Mussolini (1922-1943)	83
3.6.3	Portugal • Antônio de Oliveira Salazar (1928-1968)	84
3.7	ESTADOS UNIDOS CENSURAM, APESAR DA PRIMEIRA EMENDA	85
3.8	FOGUEIRAS E MORTES NO SÉCULO XX	87
3.9	CAMINHO QUE SE DEIXA DE HERANÇA	88
4	A CENSURA NO BRASIL: MÉTODO PORTUGUÊS FRENTE À RESISTÊNCIA DO CONHECIMENTO	95
4.1	ORIGEM PORTUGUESA DA CENSURA	95
4.2	ACERVOS BRASILEIROS: RESISTÊNCIA AO ESQUECIMENTO E À NEGLIGÊNCIA	99
4.3	TRANSFERÊNCIA DA CORTE PARA A COLÔNIA	106
4.4	INSTALAÇÃO DA IMPRENSA RÉGIA NO BRASIL	107
4.5	BIBLIOTECA NA BAHIA: A INICIATIVA PRIVADA SE ANTECIPA AO IMPERADOR	108
4.6	REAL BIBLIOTECA: TRAVESSIA TRANSATLÂNTICA E INSTALAÇÃO PRECÁRIA	109
4.7	BIBLIOTECA NACIONAL: MODELO EUROPEU	111
4.8	NOVOS VENTOS ANUNCIAM IDEIAS LIBERTÁRIOS	112
4.9	PRIMEIRO REINADO: A CENSURA EXERCIDA PELA POLÍCIA	113
4.10	PERÍODO REGENCIAL E O GOLPE DA MAIORIDADE	114
4.11	SEGUNDO REINADO: CONTROLE DE CONFLITOS INTERNOS E EXTERNOS	114
4.12	REPÚBLICA E A BUROCRATIZAÇÃO DA CENSURA	115
4.13	GABINETES DE LEITURA EM SÃO PAULO: IDEIAS PARA UMA BIBLIOTECA PÚBLICA	118
4.14	BIBLIOTECONOMIA: O PRIMEIRO CURSO NA AMÉRICA LATINA	121
4.15	AS DUAS FACES DA MESMA MOEDA	122
5	A CENSURA NO BRASIL DURANTE OS REGIMES DE EXCEÇÃO	127
5.1	CULTURA DESPOJADA DE DIREITOS	128
5.2	PRIMEIRA E SEGUNDA GUERRAS: EXPANSÃO E RETRAÇÃO DO MERCADO LIVREIRO NO BRASIL	129

5.3	TENDÊNCIAS ESTRANGEIRAS: NAS BIBLIOTECAS, A LUTA PELA VIDA	131
5.3.1	São Paulo adota modelo norte-americano	132
5.3.2	Departamento de Cultura: o município à frente das bibliotecas	135
5.3.3	governo federal desmobiliza Departamento de Cultura	137
5.3.4	Transferência e privatização da Escola de Biblioteconomia	138
5.3.5	Modelo norte-americano chega ao Rio de Janeiro	139
5.4	CENSURA NA GÊNESE DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS	140
5.4.1	Gustavo Capanema: políticas para o acesso controlado ao conhecimento	143
5.4.2	Instituto Cayru: a origem do Instituto Nacional do Livro (INL) ...	144
5.4.3	INL: quando o projeto se transforma em realidade	147
5.4.4	Obras publicadas pelo INL	149
5.4.5	Os reflexos do INL nas bibliotecas	150
5.5	AS AÇÕES DOS APARELHOS DE CONTROLE DO ESTADO	153
5.5.1	DIP e DOPS unidos na censura aos livros	154
5.5.2	Os critérios de censura do DIP	156
5.6	TRANSIÇÃO DE GOVERNOS NÃO ALTERA CENÁRIO DA CENSURA	158
5.7	REGIME MILITAR: AÇÕES EM NOME DA SEGURANÇA NACIONAL	161
5.7.1	Atos Institucionais (AI) e Serviço Nacional de Informação (SNI)	161
5.7.2	O ano que não terminou	163
5.7.3	Militares se apropriam e reeditam INL	164
5.8	BIBLIOTECÁRIOS SE REAPROXIMAM DA EUROPA	168
5.8.1	Legislação específica e reconhecimento da profissão	169
5.8.2	INL: incentivo para autores e bibliotecas	171
5.8.3	INL: quando Crispino passou a usar saias	174
5.9	ARQUIVO NACIONAL – DOCUMENTAÇÃO ALÉM DO DECRETO-LEI Nº 1.077.....	176
5.9.1	Expurgo legalizado	179
5.9.2	Bibliotecas: sem ordens expressas	180
5.10	A CENSURA PELA PERSPECTIVA DOS BIBLIOTECÁRIOS	180
5.11	A CENSURA POR DIFERENTES PERCEPÇÕES	186

5.12	CRISPINOS EM AÇÃO: AS EDITORAS FRENTE À CENSURA DO ESTADO	187
5.13	FOGUEIRA E EXÍLIO: DESTINO DOS LIVROS E AUTORES CENSURADOS	194
5.14	APESAR DE VOCÊ, AMANHÃ HÁ DE SER OUTRO DIA	198
6	BIBLIOTECÁRIO: LIBERDADE PROFISSIONAL COMBINADA À PADRONIZAÇÃO TÉCNICA	203
6.1	SELEÇÃO: ALÉM DA ESCOLHA	208
6.2	VELHOS CARICATOS, MULHERES AUTORITÁRIAS, RATOS, CORUJAS E OUTROS BICHOS	210
6.2.1	Uma deselegância discreta, além das aparências	211
6.2.2	Potencial para ações mais expressivas	212
6.3	O TEMPO QUE TRANSFORMA	215
6.4	ACHADOS E PERDIDOS: PROCESSOS ALÉM DA SELEÇÃO ...	219
6.5	A CENSURA EM MUITOS FORMATOS	220
7	METODOLOGIA DE PESQUISA: CRISPINO À FRENTE DA SELEÇÃO TÉCNICA	227
7.1	CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA HISTÓRICA	229
7.2	SISTEMA DE HIPÓTESES	231
7.2.1	Hipótese central	231
7.2.2	Hipóteses secundárias	231
7.3	OBJETIVOS	231
7.4	MIROEL SILVEIRA – UM CONHECEDOR DA CENSURA	232
7.5	ARQUIVO MIROEL SILVEIRA (AMS) – MAIS DO QUE UMA INSPIRAÇÃO	234
7.6	PRESENÇA E CONTRIBUIÇÃO DA BIBLIOTECÁRIA PARA O ARQUIVO MIROEL SILVEIRA	236
7.7	MORFOLOGIA DOS PROCESSOS DA DIVISÃO DE DIVERSÕES PÚBLICAS (DDP)	238
7.8	AMOSTRAGEM	241
7.9	ARBITRARIEDADE DA CENSURA	249
7.10	TRIBUTO DE CRISPINO ÀS FONTES	253
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS: COMO É DIFÍCIL, PAI, ABRIR A PORTA ESSA PALAVRA PRESA NA GARGANTA	259
8.1	BIBLIOTECAS: ALVO INDIRETO	262

8.2	SEM POLÍTICA, SEM CULTURA DE UTILIZAÇÃO	263
8.3	CRIATIVIDADE: A FORÇA DA SEMENTE	264
8.4	SÃO PAULO, MAIS UMA VEZ, SAI NA FRENTE	267
8.5	CRISPINO NO PAÍS DAS MARAVILHAS	268
	REFERÊNCIAS	273